

## **Imperialismo e semicolonialismo na questão agrária brasileira**

*Kauê Barreto da Conceição<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo apontar as características que alicerçam as relações de produção das populações no campo, sob o domínio do imperialismo como elemento definidor dessas relações. Na medida em que objetiva ser um entrave do avanço das forças produtivas nas colônias e semicolônias, o imperialismo acaba por produzir necessariamente formações sociais análogas ao modo de produção “dominante”. A tendência de atuação do imperialismo nesses territórios não é a de desenvolver as suas forças produtivas, mas sim o constante impedimento delas, resultando em processos de industrialização nos países dominados como meras concessões desenvolvidas por meio de capital externo dos grandes monopolistas. Nesse território, o imperialismo aprofundou sua dominação ao consolidar a fração da burguesia burocrática, e veremos como esse rearranjo entre as diferentes composições burguesas manteve o latifúndio e suas relações de produção sociais intactas, e como a burguesia nacional foi submetida aos ditames dessa grande burguesia burocrática.

**Palavras-chave: Imperialismo, colonialismo, questão agrária.**

### **Abstract**

This article aims to point out the characteristics that underpin the relations of production of populations in the countryside, under the domination of imperialism as a defining element of these relations. Insofar as imperialism aims to be an obstacle to the advance of the productive forces in the colonies and semi-colonies, it necessarily produces social formations analogous to the "dominant" mode of production. The tendency of imperialism to act in these territories is not to develop its productive forces, but rather their constant impediment, causing in processes of industrialization in the dominated countries as mere concessions developed through external capital of the big monopolists. In this territory, the imperialism deepened its domination by consolidating

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS – UFC). E-mail: kauebarreto@yahoo.com.

the fraction of the bureaucratic, and will see how this rearrangement between the different bourgeois compositions kept the latifundium and its social relations of production intact, and how the national bourgeoisie was subjected to the dictates of this bureaucratic big bourgeoisie.

**Key-words: Imperialism; colonialism; agrarian issue.**

## **Introdução**

No livro I *D'o Capital*, Marx apresenta inicialmente sua análise objetivando demonstrar a natureza de funcionamento do modo de produção capitalista, qual seja: a sua necessidade de produção de *valor*. Na etapa inicial do capitalismo, o assim chamado capitalismo de ampla concorrência, partindo dessa natureza de funcionamento; Marx apresenta as bases desse modo de produção que se dá através da apropriação privada dos meios de produção pelo capitalista, cuja força de trabalho passa necessariamente a ser vendida pelos produtores dentro do processo produtivo das mercadorias. Assim, o autor vai demonstrar que a origem da riqueza capitalista<sup>2</sup> se apresenta através da produção de *mais-valor*, enquanto criação de excedente, ou seja, como lei absoluta reguladora desse modo de produção (MARX, 2017). Nesse sentido, o salário representaria a expressão de uma quantidade de trabalho executado pelo produtor, onde parte dele não é pago, acrescentando ao capitalista *uma fonte de capital adicional*.

Outro aspecto definidor do modo de produção capitalista apresentado por Marx, é a sua característica de acumulação acelerada e cada vez mais ampliada dos meios de produção nas mãos dos capitalistas. Essa acumulação se desdobra em um processo de concentração de capitais em dado avanço do desenvolvimento das forças produtivas nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas. Tal processo decorre da expropriação dos capitalistas menores pelos maiores, proporcionando assim a realização dessa concentração<sup>3</sup>. Esse movimento ocorre com o fato de que pela luta concorrencial

---

<sup>2</sup> Ver mais em MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 451 e 457.

<sup>3</sup> “Essa fragmentação do capital social total em muitos capitais individuais ou a repulsão mútua entre seus fragmentos é contraposta por sua atração. Essa já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão [*Aufhebung*] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro pelo fato de pressupor apenas a repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos

através do barateamento das mercadorias, “o baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores” (MARX, 2017, p. 457).

Com o processo de acumulação e concentração crescentes, vai se desenvolver e aperfeiçoar de maneira igualmente crescente o sistema de créditos. Este passa a cumprir uma função cada vez mais central ainda na etapa prévia de acumulação:

Abstraindo desse fato, podemos dizer que, com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados, recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais (*Ibidem*, p. 457).

Marx apresenta o caráter concentrador e acumulador do modo de produção capitalista mesmo na sua fase concorrencial, dando ênfase para o desdobramento do sistema de crédito que ganhará cada vez mais força na medida em que se expandem os mercados pelos capitalistas em suas diferentes esferas.

Em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, Lenin vai apontar para um movimento de transformação qualitativa do capitalismo em fins do século XIX. Nessa fase, não são mais as indústrias que comandarão a cadeia de funcionamento do capitalismo. Se na etapa de ampla concorrência os bancos possuíam um mero papel intermediário na conversão do capital em criador de lucro, no imperialismo tais bancos vão se transformar em grandes monopolistas, que estarão na base de funcionamento desse período.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui

---

da acumulação. Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração”. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 456-457.

um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na *concentração dos bancos*. (LENIN, 2011, p. 138, *grifos nossos*)

Do mesmo modo que ocorre a concentração de capital pelos grandes industriais em detrimento dos pequenos e médios, ocorre com os grandes bancos em relação aos pequenos, os absorvendo ou incorporando. Assim, “os incluem no ‘seu’ grupo, no seu ‘consórcio’ - segundo o termo técnico - por meio da ‘participação’ no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc.” (LENIN, 2011, p. 140). Até que resulte disso na monopolização de um grupo bastante restrito de rentistas sobre os mais diversos ramos do mercado.

E não apenas, mas principalmente através do sistema de crédito que não só a monopolização dos bancos se realiza, mas a sua dominação sobre o capital industrial e o consequente domínio sobre a economia capitalista.

Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc. (*Ibidem*, p. 144).

É com base nesse domínio, que se manifesta uma estreita relação entre a indústria e o mercado financeiro, traduzido em exportação de capitais e concessão de créditos a grandes organismos industriais não apenas nos centros, mas também para as regiões mais longínquas sempre na busca por novos mercados e o monopólio destes. Assim, “o século XX marca, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (LENIN, 2011, p. 159). Nesse período, somente Inglaterra e Alemanha se beneficiam de cerca de 46% do comércio do Brasil, Argentina e Uruguai. Ao passo em que capitais de outros países se beneficiam de outros ramos dessas colônias:

Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: “A construção das estradas de ferro brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção de ferrovias, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária (...) O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países

do mundo. Neste aspecto desempenham um papel importante os bancos fundados nas colônias, bem como as suas sucursais (...) no Brasil e no Uruguai mil milhões de dólares aproximadamente; como resultado disso beneficiam de 46 % de todo o comércio desses três países.” (*Ibidem*, p. 186).

Lenin demonstra que a característica a nível mundial do imperialismo é a dominação através do mercado financeiro das regiões cujas forças produtivas não avançaram na fase inicial com a mesma rapidez e intensidade que os poucos países monopolistas. Nesse sentido, o papel fundamental do imperialismo para manter a dominação desses territórios, é o de impedir com que seja possível medidas que se traduzam no avançar dessas forças produtivas, que levariam a superação do estado de dependência imposto pelos países rentistas.

o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam, ainda que temporariamente, preços monopolistas, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico (*Ibidem*, p. 232)

Em todos os países coloniais e semicoloniais, o atraso econômico é uma sentença dada na análise de Lenin acerca do funcionamento do modo de produção capitalista em seu estágio superior. Seja no continente asiático, africano ou na América Latina, a dominação do capital financeiro internacional conduz a uma realidade de aguda pauperização e intensa exploração das massas. Amílcar Cabral, um teórico marxista que lutou pela libertação nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde, com base na análise leninista para a aplicação e compreensão da realidade africana afirma:

Diremos apenas que o imperialismo pode ser definido como a expressão mundial da procura gananciosa e da obtenção de cada vez maiores *mais-valias* pelo capital monopolista e financeiro, acumulado em duas regiões do mundo: primeiro na Europa e, mais tarde, na América do Norte. E, se queremos situar o fato imperialista na trajetória geral da evolução deste fator transcendente que modificou a face do mundo — o capital e os processos da sua acumulação — poderíamos dizer que o imperialismo é a pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objetivo da espoliação dos recursos materiais e humanos dos nossos povos. (CABRAL, 1980, p. 30, *grifos do autor*).

Impedindo o avanço das forças produtivas nas colônias e semicolônias, impede-se por consequência, o desenvolvimento de um capital interno. Assim, a criação de novos mercados no capital imperialismo pressupõe a consolidação do modo de

produção capitalista nessas regiões por meio de capitais externos que, se por um lado, estrategicamente podem desenvolver de maneira limitada determinados setores da economia dependente, por outro impede e mesmo fomenta o atraso em outros setores de formações que muito embrionariamente podem se assemelhar a um modo de produção de tipo capitalista.

Neste cenário imposto pelo imperialismo, assenta-se nas colônias e semicolônias uma realidade baseada em um capitalismo atrasado cuja burguesia nacional incipiente é subjugada pelo capital financeiro. Esse capital da grande burguesia, tendo a burguesia burocrática e burguesia compradora como suas frações, estabelece uma relação umbilical com os grandes latifundiários, consolidando e reproduzindo no campo tipos de relações semifeudais (TSETUNG, 1975). Sob a leitura e desenvolvimento do marxismo-leninismo acerca da estrutura de funcionamento do imperialismo, Mao conclui que para tal etapa, uma revolução só pode ser concretizada através da unidade de todos os setores das massas “para formar uma frente única contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, e em que o corpo principal é constituído pelo povo trabalhador” (TSETUNG, 1975, p. 147).

Tais características de atraso das forças produtivas, que levam a reprodução de relações de servidão no campo e aguda exploração das camadas urbanas vai ser apresentada por Kwame Nkrumah acerca da realidade africana. Para além de uma mera análise que por certas linhas teóricas para rejeitá-la é chamado de economicismo ou etapismo, esta é, acima de tudo, uma apreensão de leis estruturais que demonstram ser esse atraso e as relações de produção estabelecidas, não um anacronismo ou resquícios de relações análogas, mas antes, uma tendência e mesmo necessidade para a existência e reprodução do imperialismo em tais regiões. Acerca da realidade africana, Nkrumah afirma que a estrutura do colonialismo é feita de classes privilegiadas: burguesia burocrática, quadros do exército e da polícia, *intelligentsia*, profissionais liberais, “compradores”; e de classes oprimidas: operários, camponeses, pequenos proprietários e pequenos comerciantes (N’KRUMAH, 1975). Para a realidade ao menos de parte considerável do continente africano, Nkrumah aponta a existência da necessidade da luta de libertação em alguns dos casos através da unidade tática entre distintos setores das massas nacionais contra o imperialismo.

Contudo, e felizmente, é preciso notar o aparecimento, no decorrer das lutas de libertação nacionais, de dirigentes saídos das massas e das quais tinham todo apoio. Os seus objetivos não se limitavam apenas a libertação política, mas também e, sobretudo, visavam uma

transformação radical da sociedade. Se estes dirigentes revolucionários se aliaram a burguesia nacional, durante as lutas para a independência nacional, separaram-se delas imediatamente a seguir a conquista de independência, firmemente decididos a lutar pelos seus ideais socialistas (*Ibidem*, p. 16).

O latifúndio, essa classe de senhores de terras oriundos da velha oligarquia, pela sua estreita relação com a burguesia burocrática possui uma importância central para a dominação imperialista. É onde se encontra em grande medida o problema da alimentação pelas populações dos territórios dominados, ao passo em que a circulação dos produtos daí oriundos vai para o mercado de exportação. O monopólio das terras, que sobre esse tipo de dominação tende a ser cada vez mais concentrada e expandida, impõe relações de produção cujo caráter servil estrutura a realidade concreta.

É sobretudo no mundo rural que subsistem vestígios de feudalismo. Em geral as condições de vida dos camponeses não se modificaram desde as épocas pré-coloniais e coloniais, continuam a ter que pagar pesadas taxas e fazer trabalhos forçados. Quando emigram para a cidade, são geralmente vítimas dos exploradores coloniais e neocoloniais. (...) Tal como os camponeses da Ásia e da América Latina, os camponeses africanos sofreram durante muito tempo o feudalismo e a exploração imperialista-capitalista. Do Cairo ao cabo da Boa Esperança, e das ilhas do Cabo Verde ao Quênia e Zanzibar, a situação e os problemas dos camponeses africanos são praticamente idênticos. O campesinato tem que se libertar das relações de produção semifeudais e capitalistas. A agricultura deve passar de uma pequena produção a uma agricultura moderna, baseada na utilização de cooperativas, instrumentos e técnicas mais modernas. (*Ibidem*, p. 94)

É por essa importância central, estratégica de dominação imperialista, que o campo se torna a base da transformação radical e qualitativa dos povos colonizados e semicolonizados. Como conclui Kkrumah:

O mundo rural é o bastião da revolução. É o campo de batalha no qual as massas camponesas e os seus aliados naturais – o proletariado e a *intelligentsia* revolucionária – serão a força motriz da construção e da transformação socialistas (*Ibidem*, p. 96).

Nesse primeiro momento de análise da estrutura imperialista nos territórios onde o capital financeiro procurou estabelecer novos mercados subjugando econômica e socialmente os povos dessas regiões, vemos que as características que se apresentam são as de relações de produção em grandes áreas que não comportam os elementos definidores de um modelo capitalista. Nesse sentido, a análise de Mao Tsetung, mas

também de Kwame Nkrumah e outros teóricos sobre as relações de tipo semifeudais e semicoloniais com base na estrutura de funcionamento do capital monopolista, são fundamentais para ratificar as leis de desenvolvimento demonstradas por Lenin.

Em meados de 1915, dois anos antes de escrever a obra máxima sobre o Imperialismo, Lenin escreveu uma obra intitulada *O capitalismo e a agricultura nos Estados Unidos da América*, onde apresentou em ricos detalhes o funcionamento do modo de produção capitalista nos EUA, e as relações de produção antagônicas existentes no processo de produção agrícola entre o Norte industrializado, e o Sul pós-escravista. Enquanto as relações no Norte se davam para esse tipo de produção uma forma majoritariamente capitalista, com um sistema de assalariamento, mecanização e formas de investimentos característicos do modo de produção capitalista; No Sul é predominante o sistema de arrendamento, cuja relação de servidão é um aspecto marcante pela forma como se desenvolveram as forças produtivas sob um regime escravocrata e de relações jurídicas com a terra marcada pela dominação senhorial. Baseando-se em dados estatísticos, Lenin apontou pra um caráter semelhante de relação existente entre os camponeses do Sul dos EUA, e os camponeses da Rússia, demonstrando a tendência para esse tipo de relação em regiões cujas forças produtivas são mais atrasadas. Quais sejam? Relações de produção semicolonial e semi-escravista<sup>4</sup>. Essas relações no Sul do EUA, apontou Lenin, está sedimentada por uma lógica de formação semifeudal, cujo regime de servidão assim descreve

Os Estados Unidos, escreve o Sr. Guimmer, “nunca conheceram o feudalismo e ignoram suas sobrevivências econômicas” (p. 41 do artigo mencionado). Afirmação absolutamente contrária à verdade, pois as sobrevivências econômicas do escravismo não se distinguem em nada das do feudalismo, e são ainda mais fortes, até o presente, no antigo Sul escravista dos Estados Unidos. Não valeria a pena deter-se no erro do Sr. Guimmer se fosse possível considerá-lo como um mero erro de um artigo escrito às pressas. Mas a literatura liberal e a literatura populista da Rússia provam que, no tocante ao sistema russo de pagamento em trabalho (nossa sobrevivência do feudalismo), comete-se sistematicamente um “erro” absolutamente idêntico e com uma extraordinária persistência (LENIN, 1980, p. 17).

Para tal realidade, a reprodução do racismo oriundo do regime escravista corrobora para a sustentação da base das relações de produção, fomentando por sua vez

---

<sup>4</sup> Na referida obra, Lenin não deixa de apresentar em sua análise, ainda, a divisão racial dessas relações de produção, onde majoritariamente os grupamentos negros viviam subordinados a essa condição degradante. Ou seja, meeiros que viviam sob a lógica de servidão através do arrendamento de terras e por isso buscavam migrar para as regiões do Norte industrializado em busca de melhores condições de vida.



a reprodutibilidade concreta – econômica e jurídico-política – que caracteriza o regime de servidão. Lenin é categórico ao apontar as profundas semelhanças entre essa realidade do campesinato, sobretudo negro nos EUA, com a realidade dos camponeses russos<sup>5</sup>.

É inútil falar da situação degradante a que são submetidos: sob este aspecto, a burguesia americana não é melhor que a de outros países. Após haver “libertado” os negros, ela se esforçou, com base no capitalismo “livre” e republicano-democrático, por restabelecer tudo o que fosse possível ser restabelecido, por fazer o possível e o impossível para oprimir os negros da maneira mais descarada e vil. Para caracterizar seu nível cultural, basta mencionar um pequeno fato estatístico. Enquanto o número de analfabetos entre a população branca dos Estados Unidos (com idade acima de 10 anos) elevava-se, em 1900, a 6,2% da população, para os negros esta percentagem era de 44%!! Superior em mais de sete vezes!! No Norte e no Oeste, existiam 4 a 6% de analfabetos (em 1900); no Sul, 22,9 a 23,9%!! É fácil imaginar o complexo de relações jurídicas e sociais correspondente a este vergonhoso fato pertencente ao domínio da instrução pública. Sobre que base econômica cresceu e repousa esta simpática “superestrutura”? Sobre uma base tipicamente russa, cem por cento russa, a do sistema de pagamento em trabalho ou, mais precisamente, da parceria. (...) Entre os brancos, a percentagem de arrendatários é 39,2%, enquanto entre os negros ela é de 75,3%! Na América, o farmer branco típico é aquele que é dono de sua terra e o farmer negro típico é o arrendatário (...) Não tratamos aqui de arrendatários no sentido europeu, civilizado, capitalista e moderno da palavra. Estamos, sobretudo na presença de parceiros ou de uma espécie de semiescravos, o que é a mesma coisa do ponto de vista econômico (*Ibidem*, p. 17-18)

Na realidade estadunidense, devido a sua independência política, o que equivaleria também a uma real independência econômica frente a sua antiga metrópole, a permanência de traços de modos de produção equivalentes aos de produtores sob regime de servidão se constituíam enquanto uma desvantagem frente a outros países rentistas. Portanto, era imprescindível o desenvolvimento das suas forças produtivas especialmente nas regiões não industrializadas do Sul, atrasadas onde o modo de produção capitalista ainda se manifestava de maneira embrionária.

Assim, Lenin demonstra a existência na economia agrária estadunidense da época, de características semiescravistas e feudais, afirmando a semelhança profundamente similar entre este país e a Rússia. Ora, se as leis reguladoras do imperialismo apontam para uma aguda exploração que condiciona a existência da

---

<sup>5</sup> “Os negros fogem, sobretudo para as cidades: no Sul, 77 a 80% dos negros vive no campo; nas outras regiões, apenas 8 a 32%. A semelhança da situação dos negros na América e dos camponeses ex-servos de latifundiários” na Rússia agrícola do Centro é verdadeiramente surpreendente” (*Ibidem*, p. 19).

servidão ou o semiescravidão de maneira amplamente possível em colônias e semicolônias, por outro lado intui que há possibilidades concretas dela ter se realizado também, ao menos em seu período inicial, em países mais avançados e não dependentes. Entre a importância fundamental de compreensão da realidade a partir do que caracteriza um ou mais modos de produção e o avanço das forças produtivas, está o conjunto das relações sociais de produção impulsionando ou atravancando algum certo grau de desenvolvimento ou nível dessas forças a depender da realidade concreta. Estas pressupõem um conjunto de fatores processuais, de ordem ideológica – jurídica e política – e econômicas, em cujas especificidades é mobilizada forças opostas ou favoráveis a esses desenvolvimentos.

A história, compreendida dialeticamente, nos permite fazer uma análise processual, e, portanto, não linear dos eventos sociais, a fim de superar leituras economicistas por um lado, mas também utilitaristas de outro. Ou seja, que não incorra em uma análise sob o manto do “desenvolvimento de forças produtivas” dando ênfase a infraestrutura, mas que também não reproduza uma análise de superação das contradições que não sigam as leis tendenciais dos modos de produção abordados.

### **O modo de produção feudal: a servidão como seu corolário**

Como vimos, a análise sobre relações de produção submetidas ao aspecto servil, é apresentada por Lenin, mas posteriormente também desenvolvida por teóricos marxistas de distintas regiões do globo. Com base nessa análise, tanto Nkrumah quanto Mao Tsetung compreendem que o sistema de servidão aparece de maneira mais ou menos constante nas regiões onde o capitalismo é artificialmente atrasado na etapa imperialista como aspecto tendencial. Não obstante as formações agrárias nesses países dominados aparecem através de grandes concentrações de terra, onde o camponês permanece submetido a terra sem, contudo, esta pertencer àquele. Assim, o sistema de parceria, tendo nela a produtividade por meio de arrendamentos constitui uma forma de relação semifeudal, onde se assentam as bases para o servilismo. O dono da terra submete o camponês aos seus desígnios quando aluga ou cede um pedaço de sua terra para a produção. Sob esse sistema, enquanto estiver produzindo, o camponês pode residir em um pequeno espaço dela, tomando para si apenas uma pequena parcela do produzido para sua própria subsistência. Essa parcela quase sempre aparece em forma

de renda-produto, e quando aparece em renda-dinheiro<sup>6</sup>, muita das vezes o camponês e o pequeno proprietário de terras em geral são “obrigados” a comprar os produtos e demais materiais em algum estabelecimento do grande proprietário de terras, que monopoliza os estabelecimentos comerciais da região.

É claro que, bem entendido, nesse primeiro esforço de desenvolvimento da análise estamos tratando de aspectos que se apresentam a partir das relações sociais de produção, ou seja, em como que aparecem as formas de subjugação do produtor direto subordinado a terra, cujos meios de produção somente de maneira aparente pode ser atrelada a ele. E, por conseguinte, como se dá a apropriação da produção do excedente pelos donos da terra através dessa relação.

Entretanto, antes de dar prosseguimento de nossa análise para a realidade brasileira e porque não, latino-americana, ainda deveremos nos deter brevemente sobre o que significa a servidão, e como a estrutura de produção servil pode estar condicionada a uma realidade que permeia as relações sociais de produção, ainda que não possa ser em sua forma dominante. Com base nessa avaliação introdutória, o que seria então a servidão? Em linhas gerais, a servidão pode ser compreendida enquanto uma forma de relação de produção cujo produtor está em condições de submissão de sua força de trabalho atrelada a terra e ao senhor dela. A relação entre o produtor direto e o dono dos meios de produção ocorre 1) por meio da coerção econômica, na medida em

---

<sup>6</sup> Em “Modos de Producción en América Latina”, ao estabelecer um debate crítico acerca da concepção que André Gunder Frank possuía sobre a análise da dependência a partir da circulação das mercadorias e não dos modos de produção como se supõe o método materialista, Ernesto Laclau nos dá uma clarificação da constituição do salário como algo que não necessariamente integra a força de trabalho sob uma estrutura capitalista: “este caráter pré-capitalista das relações de produção dominantes na América Latina não só não foi incompatível com a produção para o mercado mundial, mas pelo contrário, foi intensificado pela expansão deste último. O regime feudal das *haciendas* tendeu a incrementar as características servis sobre o campesinato a medida que as crescentes demandas do mercado mundial impulsionaram a maximização do excedente. De tal modo, distantes de constituir o mercado externo uma força desintegradora do feudalismo, tendeu a acentuá-lo e a consolidá-lo. Tomemos um dos exemplos mencionados por Frank: a evolução do *inquilinaje* no Chile. Durante o século XVII, o ocupante obtinha a posse das suas terras por meio do pagamento de um valor simbólico, mas esse pagamento começou a adquirir significação econômica e a gravitar cada vez mais pesadamente sobre o inquilino a medida que se foram incrementando as exportações de trigo ao Peru após o terremoto de 1688. O século XIX assistiu a um agravamento deste processo, determinado, novamente, pelas crescentes exportações de cereais., o trabalho exigido foi muitas das vezes equivalente ao de um trabalhador permanente, ao passo que em que se reduziam os direitos tradicionais do campesinato, especialmente os *pastoris* e de solo. O salário que recebia em dinheiro era inferior ao de um trabalhador ou diarista. É preciso advertir que seria um erro ver neste processo a emergência de um proletariado rural., por ter sido assim, o salário havia passado a ser a parte substancial dos meios de subsistência do inquilino. Mas todos os sinais mostram que, pelo contrário, o salário era meramente um elemento subordinado a uma economia de subsistência baseada na posse da terra. Isto significa que nos confrontamos com um camponês sujeito a obrigações servis e não com um assalariado agrícola que completa sua inserção com regalias de consumo e um pedaço de terra. LACLAU, Ernesto. *et al. Modos de producción en América Latina*. 1ª ed. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1973, p. 36.

que o senhor de terras possui o direito jurídico sobre a terra, e dispõe do aparato repressivo para continuar a exercer o seu domínio sobre ela. Assim, os donos de terras exercem tal domínio; 2) através do desenvolvimento de um direito político, manifestado nas relações dessa estrutura de poder. Entretanto, 3) a base material dessa relação se encontra na análise econômica de funcionamento do modo de produção segundo o método materialista histórico. Assim, embora o camponês, o pequeno produtor, possa aparecer como independente e detentor dos meios produtivos (detentor das ferramentas da força de trabalho), sem a terra, fonte material de sua sobrevivência, o camponês fica impossibilitado de viver. Assim, se caracteriza por esse modo de produção também a propriedade da terra, meio de produção, em posse das mãos do produtor direto. Esta dimensão proporciona um elo, uma ligação dependente entre o senhor de terras e o servo, em que este se vê obrigado a dispor do produto de seu trabalho aquele, obtendo para si somente o suficiente para sua subsistência. A isto acresce, portanto, que a relação de servidão implica em uma ausência de liberdade característica desse modo de produção e as relações de produção a ele compreendida, ao passo em que na empresa capitalista, o trabalhador de maneira livre vende a sua força de trabalho no mercado. É a partir dessa dinâmica que se estabelecem as relações patriarcais típicas do servilismo, aliados a outros aspectos superestruturais que condicionam, ou podem condicionar a reprodução desse modo de produção<sup>7</sup>.

A partir dessa exposição, é possível avaliar se se manifesta uma realidade agrária latino-americana e, portanto, brasileira, cuja forma de renda não se apresentem nos termos capitalistas. Vejamos o que Carlos Marighella tem a nos dizer sobre isso:

De um lado acumula-se a enorme riqueza dos latifundiários e latifundiários-capitalistas; de outro lado, a miséria e a ruína, a fome e a doença de milhões de camponeses sem terra. De um lado, a renda-dinheiro, a renda-produto, a renda-trabalho, toda a renda pré-capitalista e mais a renda absoluta, a renda diferencial, os lucros, tudo isso arrancado do trabalho suplementar e da mais-valia dos pequenos produtores e trabalhadores do campo sem meios de produção. De outro lado, a pobreza absoluta de toda a população que vive no campo (MARIGHELLA, 1958, p. 2)

Se, por um lado, as relações de produção de tipo servis podem ser apresentadas como um dos modos de produção anteriores ao modo de produção capitalista e que ainda persiste, por outro como vimos, foi a própria empresa imperialista que buscou

---

<sup>7</sup> Ver mais em: [https://lutacontinuablog.blogspot.com/2021/05/sobre-as-formacoes-hibridas-parte-2-o.html?fbclid=IwAR26qHhhWaDCV7eaTB5qgkWJIGNZPDx\\_v8\\_tDnTXI7NKAXFOYxwUwmtoMaU](https://lutacontinuablog.blogspot.com/2021/05/sobre-as-formacoes-hibridas-parte-2-o.html?fbclid=IwAR26qHhhWaDCV7eaTB5qgkWJIGNZPDx_v8_tDnTXI7NKAXFOYxwUwmtoMaU)

manter e intensificar tais formas de exploração. Assim, o latifúndio atado a grande burguesia burocrática, caracteriza a base de sustentação do próprio imperialismo<sup>8</sup> em solo brasileiro. Esta sentença de base leninista, é reafirmada por Ernesto Laclau em *Modos de Producción En América Latina*

Esta situação – com diversas variações – se repete monotonamente ao longo de todo o continente. A América Latina não foi, pois, uma exceção ao processo pelo qual regiões marginais densamente povoadas experimentaram um reforço das relações servis com o objetivo de incrementar a produção para os mercados externos. É processo vivido pela Europa Oriental a partir do século XVI, ao se abrir a possibilidade de exportar matérias-primas ao mercado do oeste. Esta foi a base para a refeudalização destas áreas periféricas, a “segunda servidão” a que se referia Engels. Sem dúvida essas condições foram gradualmente se modificando na América Latina desde finais do século XIX, com o progressivo surgimento de um proletariado rural. É difícil saber até que ponto tem avançado este processo na atualidade já que carecemos de estudos suficientes a respeito mas, em todo caso, está muito distante de se haver concluído, e as condições feudais são ainda predominantes, em grande medida, nas áreas rurais da América Latina. E não é necessário extrair conclusões dualistas desta posição já que, como temos visto, a base do moderno setor expansivo estava dada pelo incremento da exploração servil n setor atrasado (LACLAU, 1973, p. 36-37)

Laclau é categórico ao afirmar a existência de uma base de produção sob o regime de servidão em toda a América Latina, sendo esta um aspecto predominante na estrutura rural. Assim, as análises que buscam tecer uma perspectiva dualista ou mesmo de negação dessa base de produção, dessa realidade como se fosse um sistema fechado e sem relação coexistente ou inerente ao modelo semicolonial integrado ao mercado externo, não dão conta de apreender de maneira mais profunda a forma de funcionamento do capitalismo burocrático. Este que necessita proporcionar através dessa simbiose, a manutenção de modos de produção pré-capitalistas no campo atuando,

---

<sup>8</sup> Em entrevista concedida ao jornal “El Diário” no ano de 1988, O Dr. Abimael Guzman, também conhecido pelo nome de Presidente Gonzalo, sintetiza de maneira brilhante o conceito de capitalismo burocrático desenvolvido por Mao Tsetung: “Sobre o capitalismo burocrático: O concebemos desta forma, sobre uma base semifeudal que sob o domínio imperialista se se desenvolve um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce atado a feudalidade e submetido ao domínio imperialista. São essas condições as que geram o que o Presidente Mao Tsetung denominou capitalismo burocrático. Pois bem, o capitalismo burocrático se desenvolve ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados (...) pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros, assim se vai gerando o capitalismo burocrático, atado a feudalidade, submetido ao imperialismo monopolista (...). Este capitalismo, chegado a certo momento da evolução se combina com o poder do Estado e usa os meios econômicos do Estado, o utiliza como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a fração burocrática da grande burguesia., desta maneira se vai dar um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e devém por sua vez estatal (...)”. Ver mais em: VV.AA. *Problemas da História do Partido Comunista do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Seara Vermelha, 2016, p. 40.

portanto, em conjunto com o setor agrário a fim de manter a baixa composição orgânica de capital. Aspecto que veremos melhor mais adiante.

O debate sobre a realidade brasileira começou a ganhar mais folego a partir do segundo congresso do Partido Comunista do Brasil com as teses do “agrarismo x industrialismo”. Nestas formulações, tinha-se uma compreensão equivocada de que o desenvolvimento da sociedade brasileira estava definido pela oposição entre um desenvolvimento industrial capitalista e o atraso semifeudal, sob a tutela das antigas oligarquias rurais que condicionavam a uma força de trabalho semiescrava e servil. A primeira base de sustentação sob o apoio do imperialismo estadunidense, e a segunda do imperialismo inglês. Essa análise tinha sua sustentação em outro equívoco: a de que o imperialismo se constituía como um mero fator a mais na condição de semicolônia da realidade brasileira e não sua razão essencial, tendo sido a proclamação da República o marco da vitória do industrialismo sobre o agrarismo através do exército nacional como seu elo de sustentação. Tais equívocos podem ser analisados através da maneira como o PC brasileiro foi constituído, sob uma forte influência dos círculos anarco-sindicalistas, levantando teses equivocadas sobre a natureza do capitalismo, especialmente em sua fase monopolista. Isso pode explicar a demora da Komintern (III internacional) em integrar o partido em suas fileiras, e não mantê-lo apenas como partido simpatizante. A demora na depuração dessas teses levaria posteriormente o partido a um profundo processo de revisionismo teórico e, portanto, prático.

Em *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré aponta para a existência de um processo de constituição do modo de produção feudal, cujas características, assim como nas características dos modos de produção em geral, possui particularidades específicas do meio o qual se desenvolveu, diferente de outras regiões como a Europa (SODRÉ, 1997). Deixaremos de lado a polêmica envolvendo os debates sobre análises que consideram o processo colonial escravocrata como parte constitutiva de um modo de produção capitalista<sup>9</sup>, para determo-nos na maneira como se constituíram os modos de produção a partir das estruturas econômicas subjacentes ao surgimento do modelo capitalista. Apenas para que não passe completamente em branco, deixemos que o próprio Sodré responda ao que não necessita tanto se demorar.

---

<sup>9</sup> Embora Sodré esteja se referindo a um específico teórico a desenvolver esta tese, aqui ampliamos o escopo, nos referindo especialmente a tendências da TMD a partir da análise de André Gunder Frank, mas também de Cardoso e Faletto e Caio Prado Júnior.

Se o Brasil era capitalista desde o século XVI – afirmação colocada como indiscutível –, era espantoso que tivéssemos estudado a revolução francesa, episódio e processo do século XVIII, ou a revolução inglesa, cuja primeira etapa datava do século XVII. Nós, no Brasil, éramos capitalistas antes dos franceses e dos ingleses. Consequentemente, a nossa burguesia era classe dominante na fase colonial e antecederia também ela a burguesia francesa e a burguesia inglesa. O fato ficaria no nível do anedotário se a tese não fosse esposada e defendida também por notória e eminente figura do ensino nacional, que timbrava em afirmá-la. Não era, pois, produto da imaginação do jovem professor, que apenas a repetira, pondo nela a ênfase de sua presunção no saber. Não. Ela estava alicerçada, e solidamente, numa concepção histórica que era imposta como indiscutível e se arrastava das cátedras mal providas ao espírito de milhares de jovens, que a citavam porque provinha daqueles indicados para guiá-los. Nada tenho com tal ensino. É direito de cada um, no nível do ensino da história em nosso país, adotar e divulgar conceitos e categorias a seu gosto. O que impugno é que tais conceitos e categorias façam parte do marxismo, e particularmente a tese principal: o capitalismo brasileiro data da fase colonial. O que me parece errôneo é que tal absurdidade passe por marxismo. E isso se deve, em grande parte, ao fato de que um dos que a adotaram foi um marxista. Isto me lembrou o esclarecimento curioso de certo mestre europeu: nem todos os que se dizem marxistas realmente o são (SODRÉ, 1997, p. 73).

Esta análise de Sodré, entretanto, suscita questões a serem clarificadas dentro do processo de constitui o do modo de produ o capitalista no Brasil, e quais são os seus desdobramentos. Busca então a partir de sua leitura d’*O Capital*, a apreensão dessa realidade a partir da infraestrutura do desenvolvimento desigual, com base nos processos particulares da empreitada colonial por meio da acumula o primitiva. Assim, em uma condi o de acumula o primitiva que ainda persiste, Sodré conclui que

no Brasil, antes e hoje, as formas se apresentam travestidas e são, via de regra, mistas. Assim, cabe aqui a categoria de semiproletariado, diga-se de passagem. Mas funciona, evidentemente, um processo em que os antigos servos ou elementos mantidos em semi-servidão, como pequenos proprietários de terras e de instrumentos de produ o, são despojados do que possuem, para se interpoem num proletariado recente. O processo não acontece em todo Brasil. Muito ao contrário – e aqui temos aquela outra desigualdade de desenvolvimento já mencionada –, antecipa-se em algumas áreas e se retarda em outras, em terceiras não começou ainda. (*Ibidem*, p. 19).

Sodré caminha para a existência e vigência, no Brasil, de etapas diferentes da história, ao mesmo tempo. Melhor dito: “a existência de áreas territoriais brasileiras que vivem etapas diferentes” SODRÉ, 1997, p. 4). Afirma assim que existe para tal realidade uma *contemporaneidade do não coetâneo*, com diferentes etapas de desenvolvimento que se apresenta a partir de uma *heterocronia* funcionante da sociedade como algo particular do geral, sob a estrutura de funcionamento do desenvolvimento desigual. A partir de tais categorias, Sodré aponta ainda a inexistência de uma “evolu o” entre o

modo de produção primitivo e o escravismo, e da mesma maneira, a inexistência entre este para o capitalismo. Na sua análise das relações de produção servis, afirma ainda que

Os casos apresentam, ainda aqui, diversidades, conforme a área e o tipo de produção. De modo mais amplo, é possível distinguir as relações feudais originárias, isto é, datadas dos primeiros tempos, e aquelas que surgiram na decomposição do escravismo, a partir do simples povoamento da área, que permaneceram mais ou menos estáveis ao longo dos tempos, até o quadro já complexo derivado de alterações significativas. As mais antigas, estabelecidas por força da tradição lusa, que os primeiros povoadores trouxeram e impuseram, e condicionadas pelas imposições do meio social e até do meio geográfico, quando conciliavam as suas características com as que derivavam da sua causação econômica, ainda que em moldes rudimentares. As segundas, as posteriores, resultantes do desabamento do escravismo, antes e depois do ato da abolição, processando-se nas áreas em que aquele dominou, e variando com a marcha territorial da riqueza, que importava em deslocamento de força de trabalho de uma área para outra. Da zona mineradora para a zona cafeeira, por exemplo, e ruindo ali pela decadência da mineração aurífera e aqui pela marcha dos cafezais para outra zona e pelo aparecimento do colono. (*Ibidem*, p. 15).

A análise de Sodré sobre a coexistência de diferentes modos de produ o vai ladear com a análise de Lenin sobre a possibilidade dessa coexistência, como mencionado em sua obra sobre a agricultura estadunidense. Tanto para Lenin quanto para Sodré, a análise do desenvolvimento desigual pode e deve ser descrita a partir da rela o dial tica entre o universal e o singular, com base na compreensão da estrutura do modo de produ o, para então entender os processos de circula o e não o contrário<sup>10</sup>. Desse modo, a concep o das duas dimensões do real se verifica através da generalidade da acumula o primitiva de capital que leva ao desdobramento do local em

---

<sup>10</sup> Os críticos de Sodré, para desconsiderar a possibilidade da existência do feudalismo ou de modos de produ o na América Latina que não seja o capitalista, o acusa de dogmatismo, de um tipo de mecanicismo em sua análise. Entretanto, assim como Marx, Lenin e outros teóricos, Sodré apresenta o elemento universal abstrato que caracteriza o modo de produ o feudal, e as particularidades de seu funcionamento em uma dada realidade específica. Nesse sentido, continua-se a insistir na confusão do conceito pertencente ao geral/universal com o particular concreto. Samir Amin também nos d  um panorama sobre tal equívoco para se pensar a realidade europeia como tendo sido a única a produzir esse modo de produ o, como sendo um culturalismo, visto que a constitui o europeia tem sua história na rela o com os distintos povos do então chamado Oriente, e não do mundo hel nico. Para uma tentativa de supera o desse imbróglio, Amin cunhou as formas estruturais distintas dos modos de produ o comunitários, de *modo de produ o tributário*. Assim, para as sociedades pré-capitalistas avançadas, cuja constitui o do Estado e as classes estão consolidadas sob a base da explora o econômica serão chamados modos de produ o tributário, em oposi o aquelas em que esses aspectos não haviam sido ainda desenvolvidos, chamadas de modos de produ o comunitário. Ver mais em: AMIN, Samir. *O Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. São Paulo. 1  Ed. Lavrapalavra. 2021, p. 21.



uma coexistência de modos de produção que vigora até os dias atuais. A heterocronia funcionante para os desígnios do Imperialismo. Assim, ainda que o modo de produção capitalista seja “dominante” isto não exclui a possibilidade e mesmo tendência para a existência nas colônias e semicolônias de outros tipos de relações de produção. Estas são manifestações que a depender de uma conjunção de fatores, podem ser transformadas ou, ao contrário, reproduzidas. O latifúndio brasileiro, atado a grande burguesia e, portanto, ao imperialismo, tenciona manter os mesmos traços característicos no campo de relações servis e semiescravistas. Veremos adiante como isso se processa.

### **O latifúndio e a grande burguesia burocrática**

O imperialismo atua nessas regiões, como bem desenvolvido por Lenin, a partir das imposições do mercado financeiro dos países rentistas, através da consolidação de empresas de diversos ramos nos territórios colonizados, objetivando a aquisição de altas taxas de lucro que se expressam através da superexploração da força de trabalho, empréstimos dos fundos internacionais para as empresas dessas regiões, extração das matérias-primas com o controle das fontes desses recursos entre outros processos, terminando finalmente por se fundirem ao Estado (LENIN, 2011). Assim,

Conforme Mao Tsetung (1975b), esta oligarquia se expressa na formação da grande burguesia existente nos países dominados. Esta, por sua vez, se divide em duas frações: **burguesia burocrática** e **burguesia compradora**. A burguesia burocrática é a grande burguesia instalada num país dominado pelo imperialismo, engendrada por e submetida ao imperialismo, mantendo relações contraditórias e não antagônicas com ele. Foi historicamente confundida com burguesia nacional. A burguesia compradora é a grande burguesia que atua em vários países de forma monopólica ou buscando sempre extrair o lucro máximo de suas atividades, como, por exemplo, os capitais envolvidos na importação-exportação, setor financeiro, etc. Esses mecanismos utilizados pelo imperialismo garantem a dependência tanto das colônias, por meio de ocupação do território pela potência estrangeira, como das semicolônias, e se caracterizam pelo processo de submissão à potência estrangeira por meio do seu controle da estrutura e dos aparelhos do Estado, das políticas públicas, dos mecanismos de regulação financeira, de empréstimos para infraestrutura, etc. Tudo isto resulta na completa perda da soberania política pela nação (SOUZA, 2014, p. 40).

O processo de consolidação da burguesia burocrática no território brasileiro ocorre especialmente no período Vargas. Ela se lança ao aparelho de Estado durante

esse turbulento período que culminará no rearranjo deste aparelho, obliterando as velhas formas políticas oriundas da República Velha. Esse processo, é importante dizer, não se dá com rupturas entre as diferentes frações da burguesia e do Latifúndio. Ao contrário, é um processo de reestruturação que irá se configurar na continuidade do poder político e econômico da velha ordem da oligarquia latifundiária e a fração burocrática da grande burguesia, atadas ao imperialismo como forma de impulsionar o capitalismo burocrático. Assim, o movimento que ocorre entre as diferentes frações burguesas não é a de ruptura, mas de consolidação da hegemonia de uma sobre a outra através do aparelho de Estado. Esse processo ocorre, portanto, no momento em que o imperialismo estadunidense consolida o desenvolvimento de seu capital monopolista sobre o capital monopolista inglês no Brasil<sup>11</sup>, culminando na sua integração ao aparelho de Estado para a utilização dos recursos econômicos a ele inerentes. Assim, o Latifúndio permanece com sua velha estrutura de poder, ao passo que sua existência é condição *sine qua non* para a reprodução das limitações do avanço das forças produtivas, levando o país a um aprofundamento da dependência do capital externo pela baixa composição de capital orgânico característico das colônias e semicolônias.

Não é o objetivo deste trabalho fazer uma abordagem historiográfica sobre a intervenção imperialista ao longo da vida republicana brasileira pós-1930. Mas há de se considerar que o período em que Vargas ascendeu ao poder é importante para analisar como se acentuaram as relações de dependência externa, de penetração do capital monopolista. Foi o período no qual se inicia a intervenção norte-americana na educação brasileira, que veremos mais adiante, quando discutiremos o histórico da educação do campo.

O golpe de 1930 e o Estado Novo (1937-1945) são períodos-chaves, pois muitos teóricos que negam a análise de semifeudalidade brasileira consideram o período citado como de “revolução burguesa” no Brasil. O que se percebe é que, como abordaremos posteriormente, nesse período as relações de semifeudalidade e de instauração de um capitalismo burocrático no país se estruturam, ao passo que vão se acentuar as relações de dependência econômica nas gerências seguintes, com disputas em alguns momentos das frações da grande

---

<sup>11</sup> “A disputa exposta em “*Agrarismo x Industrialism*” entre os Estados Unidos e a Inglaterra, longe de significar uma oposição entre atraso e progresso, representava apenas a transição da dominação de uma potência a outra potência imperialista. Este fora, aliás, um fenômeno presente em diversos países da América Latina e Ásia (...) Vejamos que a Cominter realizara grande esforço no sentido de uma correta compreensão deste fenômeno, e já em 1923, ao dirigir um apelo aos operários e camponeses da América do Sul, alertara para que as pugnas entre as diferentes potências imperialistas faziam agudizar a luta entre as classes dominantes locais (...) E também que esse avanço do imperialismo ianque não gerava um desenvolvimento progressista em oposição ao feudalismo, mas pelo contrário: `tem servido para deformar a vida econômica destes países., não tem desenvolvido as relações capitalistas mantendo a exploração semifeudal e semiescravidão das massas trabalhadoras”. Ver mais em: VV.AA. *Problemas da História do Partido Comunista do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Seara Vermelha, 2016, p. 42

burguesia, mas sem mudar as relações estruturais. O golpe de 1964 foi a alternativa do imperialismo para conter o movimento de massas no Brasil, como os que ocorriam em outros países do continente, e reacomodar as frações da burguesia brasileira que estavam em contradição (SOUZA, 2014, p. 45-46).

A síntese de Marilsa Miranda de Souza aqui é fundamental para avançarmos na análise da estrutura agrária brasileira que como vimos, não se modificou naquilo que foi apenas um rearranjo do aparelho de Estado, alçando a burguesia burocrática, monopolista ao poder. Toda possibilidade de verdadeira revolução anti-imperialista promovida pela burguesia nacional que se havia estabelecido nesse período foi removida do horizonte de possibilidades no exato momento em que Vargas instaura o golpe de base fascista que foi o Estado Novo.

É notório, entretanto, que se verifique aqui a importância da questão agrária não como apenas um mero apêndice nos desdobramentos políticos e econômicos da realidade brasileira, mas, pelo contrário, se constituindo enquanto um dos aspectos mais elementares para não apenas compreensão desta realidade, como também possibilidade de profunda transformação social da mesma.

Como vimos, a base de funcionamento da estrutura semicolonial, permite e ao mesmo tempo impõe a existência coetânea do modo de produção capitalista, este sob o domínio do capital rentista estrangeiro, com formas de produção que caracterizam uma estrutura pré-capitalista de tipo servil ou semiescravista. Assim, se as indústrias dos grandes centros do capital possuem uma maior composição orgânica do capital, mantendo uma taxa média de lucro através da capacidade técnica e do privilégio de sistema de créditos dos grandes bancos em associação., isso ao mesmo tempo ocorre na medida em que as multinacionais de maneira parasitária introduzem seus capitais estrangeiros nas colônias e semicolônias a fim de obter maiores lucros através da superexploração da força de trabalho, e da obtenção de matérias-primas para a valoração destas através da transformação em mercadorias a serem vendidas no mercado. Esse processo permite uma elevada manutenção da taxa de *mais-valia* para as multinacionais. Assim, as indústrias nacionais<sup>12</sup>, em desvantagem na corrida de disputa contra os capitais forâneos pela baixa composição orgânica de capital semicolonial, só podem se manter conseguindo elevar a taxa de lucro – inferior em comparação as indústrias

---

<sup>12</sup> A Suzano é um exemplo de empresa nacional e, portanto, não possui acordos na divisão entre empresas imperialistas.

estrangeiras ou de capital misto – através do rebaixamento do valor da força de trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas etc. Temos então o que pode se caracterizar por um “subdesenvolvimento do desenvolvimento”. Entretanto, essa premissa só poder ser validada a partir de uma análise com base na lógica de funcionamento dos modos de produção, e não através do processo de circulação das mercadorias. Assim, o imperialismo estabelece dessa maneira a sua dominação econômica frente as colônias e semicolônias. Do mesmo modo, outro processo, particular do geral, deve ser analisado para o entendimento mais amplo desse quadro. Veremos como a estrutura latifundiária reproduz de maneira setorial os mecanismos de coerção extraeconômica vinculado ao mercado mundial.

### **A Estrutura Agrária e o Domínio do Imperialismo Através do Estado Burocrático**

Da mesma maneira que ocorre com as indústrias, especialmente nacionais que tendem a possuir uma baixa composição orgânica do capital em comparação com as indústrias centrais, o mesmo ocorre no campo com o latifúndio. A existência dessa estrutura que mantém características de modos de produção feudal e escravista possibilita a inserção dos produtos primários no mercado, especialmente para exportação, abaixo do seu valor de produção. Assim, a existência do latifúndio torna-se imprescindível para o mantimento das altas taxas de lucro do imperialismo frente as colônias e semicolônias. Nesse sentido, Laclau ao tomar como exemplo as fazendas e plantações para a realidade latino-americana afirma que

nelas a composição orgânica de capital é baixa. – como acontece sempre na produção primária em comparação com a industrial –, a força de trabalho está em geral sujeita a formas de coerção extraeconômica com características do modo de produção feudal ou escravista., finalmente, na medida em que existe o trabalho livre, este é geralmente superabundante e por consequência, barato. Se se provou, em consequência, que o investimento destes setores tem sido um importante papel na determinação da taxa de lucro, se poderia concluir que a expansão do capitalismo industrial nos países metropolitanos tem dependido do mantimento de modos de produção pré-capitalistas nas áreas periféricas (...) Se esta tese resultará, em definitivo, provada, seria possível partindo estritamente das relações de produção mostrar que o desenvolvimento gera o subdesenvolvimento e refutar, através de uma perspectiva marxista, o tradicional esquema dualista.

Voltando, pois, a nossa terminologia anterior, podemos afirmar que o sistema capitalista mundial – que encontra seu princípio regulador na taxa média de lucro produzida pela interação entre várias empresas – inclui *ao nível de sua definição*, modos de produção diversos. Porque, se nossa argumentação anterior é correta, o crescimento do sistema depende da acumulação de capital, ao passo em que o ritmo desta

acumulação depende da taxa média de lucro e o nível desta taxa depende, por sua vez, da consolidação e expansão das relações pré-capitalistas nas áreas periféricas. A grande insuficiência das teorias puramente subconsumistas é que interpretam a expansão externa exclusivamente como uma resposta a necessidade dos mercados e aludem, assim, o feito decisivo de que a exploração colonial, ao contribuir para a elevação da taxa média de lucro, assegura a capacidade expansiva do sistema no momento do *investimento* e não só no da *realização* (LACLAU, 1973, p. 42)

Esse investimento, ou melhor, seu aprofundamento na realidade brasileira, se traduz na integração da grande burguesia monopolista ao Estado, cuja concretização, como vimos se efetivou na “Era Vargas”. Se a natureza do imperialismo para a aquisição de grandes somas de taxas de juro é a da manutenção do impedimento das forças produtivas, sendo parte integrante e importante a manutenção de modos pré-capitalistas de produção, podemos intuir que tais características não somente se apresentam nos dias atuais, mas se acentuam através de novos e antigos mecanismos para sua reprodução. Se se faz necessário uma averiguação empírica desta base teórica, tomaremos como exemplo principalmente o trabalho de Maria José de Melo sobre a transposição do Rio São Francisco e seus impactos para os camponeses ribeirinhos da Região do Alto Paraíba<sup>13</sup>. Buscaremos analisar como isso se exprime através de uma política que potencializa, ou busca potencializar a expropriação das terras dessa região, assim como de outras com mesmas características camponesas no Nordeste.

No livro III do *Capital*, Marx procura elaborar as tipificações do sistema de arrendamento de terras, tomando como princípio de análise múltiplos aspectos como a produtividade do solo através do grau de fertilidade que os diferentes tipos de solo possuem, bem como o investimento tecnológico para a produção e, portanto, investimento de capital no campo etc. Assim, será caracterizada em primeiro lugar a *renda diferencial I*, que ocorre através do “investimento de todo o capital agrícola numa área com tipos de solo de fertilidade variada” (MARX, 2017, p. 848). Além desta, Marx apresentará as características da *renda diferencial II*, que ocorre “pela produtividade diferencial de investimentos sucessivos de capital no mesmo solo” (MARX, 2017, p.

---

<sup>13</sup> Segundo a análise de Melo, o Alto Paraíba/PB foi uma das regiões atendidas pelo canal Eixo-Leste da transposição do Rio São Francisco. Região conhecida por Cariri Paraibano. Transposição que o Estado brasileiro cogitou com o objetivo de diminuir as consequências climáticas no Sertão nordestino em sua parte Setentrional (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará). Ver mais em: TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: Renda Fundiária Capitalista e os Impactos para os Camponeses Ribeirinhos do Ato Paraíba-PB. MELO, Maria José. 2019, p.1.

848). Para esse tipo de renda, o autor nos fornece como exemplo a maior produtividade trimestral “do trigo, em contraposição aquela que seria obtida com o mesmo investimento de capital num solo de qualidade inferior, *que não gera renda, porém regulador dos preços de produção*”. (MARX, 2017, p. 848. *Grifos nossos*). Assim,

Como quer que se originem esses lucros extras, sua transformação em renda, isto é, sua transferência do arrendatário aos senhores rurais, pressupõe como condição que os diversos preços de produção individuais reais (ou seja, independentes do preço de produção geral, regulador do mercado), que possuem os produtos parciais dos sucessivos investimentos individuais de capital, tenham sido reduzidos a um preço de produção médio individual. O excedente do preço de produção geral, regulador do produto de 1 acre, acima de seu preço de produção médio individual, constitui e mede a renda por acre (*Ibidem*, p. 848).

Marx conduz com clareza a diferenciação das formas de renda com base no investimento de capital para os tipos diferenciais I e II, e como essa estrutura de produção se traduz ao aumento da renda absoluta em produto e dinheiro. A natureza da renda absoluta, afirma Marx,

consiste, portanto, no seguinte: capitais de mesma grandeza em diferentes esferas da produção produzem, conforme sua distinta composição média, com a mesma taxa de mais-valor ou a mesma exploração do trabalho, diferentes massas de mais-valor. Na indústria, essas diferentes massas de mais-valor se nivelam para formar o lucro médio e se encontram uniformemente distribuídos entre os diferentes capitais como alíquotas do capital social. Quando a produção necessita de terra, seja para a agricultura, seja para a extração de matérias-primas, a propriedade do solo impede esse nivelamento dos capitais investidos na terra e retém uma parte do mais-valor, que, de outro modo, tomaria parte no nivelamento para formar a taxa geral de lucro. Assim, a renda constitui uma parte do valor, mais precisamente do mais-valor das mercadorias, com a única diferença de que, em vez de refluir para a classe capitalista, que a extraiu dos trabalhadores, ela refluí para os proprietários fundiários, que a extraem dos capitalistas.(...) O papel dessa renda absoluta é ainda mais importante na indústria extrativa propriamente dita, na qual desaparece completamente um elemento do capital constante, a matéria-prima, e, excetuando os ramos em que é fundamental a parte que consiste em maquinaria e em outras formas de capital fixo, predomina sempre a composição mais baixa do capital. Precisamente aqui, onde a renda parece ser derivada exclusivamente de um preço monopólico, exigem-se condições de mercado muito favoráveis para que as mercadorias sejam vendidas por seu valor ou para que a renda se torne igual a todo o excedente do mais-valor da mercadoria acima de seu preço de produção. Esse é o caso, por exemplo, da renda de pesqueiros, cantarias, bosques naturais etc. (*Ibidem*, p. 897-898)

Vejamos o que Maria José de Melo nos diz sobre a aplicação da renda absoluta Pelo Estado na região do Alto Paraíba através da transposição do Rio São Francisco

o capital estatal da transposição propicia renda fundiária tipo II, especificamente uma renda virtual, através do acesso de uma força natural, a água, que é monopólio estatal. O Estado proporciona maior fertilidade através de um recurso natural que lhe pertence e a ele caberia, economicamente, auferir *renda absoluta*. O capital estatal, ao captar e transpor as águas do São Francisco, é um capital extrativista que torna a água uma matéria-prima disponível para a agricultura irrigada (MELO, 2019, p. 10)

Segundo a concepção marxista dos tipos de renda fundiária, como vimos o solo – em seu grau de fertilidade – tem papel preponderante na forma como a renda será aplicada. A transposição do Rio São Francisco, ao contrário de objetivar levar água para as populações desabastecidas como intuiu o governo petista, objetivou aumentar a produtividade do solo, caracterizando um tipo de renda absoluta. Melo afirma ainda que dada as características intermitentes do Rio Paraíba, este impossibilitou a fixação de uma economia de agricultura em grande escala, levando ao estabelecimento de maneira predominante da pequena propriedade camponesa ribeirinha margeando o rio. Por outro lado, conclui que “a propriedade dos camponeses do Alto Paraíba é apenas uma propriedade de fato, ou seja, estes não possuem o título da terra, são posseiros cujas famílias vivem ali há mais de 100 anos” (MELO, 2019, p.10).

Utilizando a análise do tipo econômico da renda da terra de Marx que caracteriza a renda fundiária, Melo conclui que

se a propriedade privada do solo é capitalista ou não dependerá do tipo de renda que ela proporciona ao seu proprietário. O camponês é proprietário e trabalha na própria terra, mas também, por vezes, o arrendatário capitalista trabalha em conjunto com seus assalariados agrícolas. Portanto, não é o trabalho do proprietário o fator decisivo na caracterização do tipo de propriedade. O que escancara a condição de propriedade não capitalista do camponês é o que Marx (2008) apresenta no Livro III, de *O Capital*: um proprietário fundiário que não auferir a renda capitalista, nem mesmo o lucro médio e as vezes nem o correspondente ao salário, este não pode ser um proprietário capitalista. Mesmo que ele seja proprietário jurídico e de fato, sua fragilidade econômica, o risco que terá de perder sua terra para um grande capital ou para um latifundiário local, se assenta nesta condição de proprietário não capitalista. Afinal, frente a essa fragilidade econômica que força levaria um grande capital a pagar arrendamento a um pequeno proprietário? Por isso a história da propriedade agrária no Brasil é a história da expropriação contínua da pequena propriedade camponesa e da concentração fundiária em grandes latifúndios (MELO, 2019, p.11)

Com base nos Dados do SNCR/INCRA, 2017, Melo aponta ainda para uma grande concentração de terras pelo Latifúndio na região, aonde apenas quatro grandes propriedades concentram mais de 8.260.000 hectares, enquanto existem mais de cinquenta minifúndios com apenas 1.133.75 hectares.

Os dados do quadro acima só comprova a existência da propriedade latifundiária, que concentra a maior parte das terras, enquanto as propriedades dos camponeses, mesmo tendo um número de propriedades bem superior, concentram um número bem menor de área. Os dados do Censo Agropecuário/IBGE de 2017, trazem uma discrepância nos estabelecimentos, enquanto os mais desenvolvidos utilizam maquinários, adubação, tem capital para o investir na produção e tem assistência técnica, de outro lado, a maioria não tem acesso a nenhuma destas condições. Por exemplo, na produção agrícola do município de Caraúbas, o destaque são as culturas temporárias, predominantemente, os cultivos de milho e feijão. Ou seja, as atividades agrícolas deste município estão, principalmente, restritas a cultivos de subsistência dos camponeses e a criação de animais (caprinos, ovinos e bovinos) (MELO, 2019, p.12)

Aqui, podemos verificar a existência de um latifúndio investidor de técnicas para o desenvolvimento da agricultura, caracterizado por uma renda de tipo II, ou virtual, em oposição aos posseiros, camponeses pequenos proprietários de terras que trabalham para sua própria subsistência sem auferir renda. A transposição do Rio São Francisco, longe de levar para esses camponeses um maior acesso a água e, portanto, solução para minorar os impactos da falta de recursos hídricos; pelo contrário, agudizou ainda mais a contradição existente na região. Esse processo ocorre através da intervenção dos órgãos de Estado, que vão limitar o acesso à água para os pequenos proprietários

A chegada das águas da transposição do Rio São Francisco no Alto Paraíba, no dia 10 de março de 2017, trouxe com ela normas. Segundo a ANA/AESA (2018), elas se justificavam devido à importância social e econômica do restabelecimento de usos difusos no entorno do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) e no Rio Paraíba, a fim de garantir a subsistência dos agricultores e de suas famílias. O uso das águas está restrito ao consumo humano, dessedentação animal e atividades de subsistência (...) Com relação a fiscalização e o monitoramento do uso das águas nas áreas ribeirinhas do Alto Paraíba, região onde os camponeses desenvolvem uma agricultura de subsistência e em menor expressão uma agricultura irrigada, acontecem através de *drones* e via satélite. A cada 16 dias, a AESA coleta os dados e se detectar alguma propriedade com mais de 0,5 de hectare de algum cultivo agrícola fora das normas, a agência vai imediatamente *in loco* para identificar os tipos de cultivos e tamanho da área plantada, se houver irregularidade notifica o proprietário, lacram as bombas, recolhem todo o material do proprietário e aplicam a multa (...) Essa área para os camponeses é limitado até para a produção do próprio consumo da família. (MELO, 2019, p. 14-15-16)

Nesse sentido, Melo afirma que a chegada das águas do Rio São Francisco proporcionou

uma enorme renda virtual nas terras que margeiam o Alto Paraíba. Essa renda virtual é o fundamento econômico da disputa subjacentes entre os proprietários camponeses dessas áreas e o grande capital que buscará se apropriar de parte dessa renda ou de sua totalidade. Como



se trata de propriedades camponesas, juridicamente débeis (posse) e economicamente não-capitalistas (não auferem renda capitalista), a disputa por essa renda será distinta da contradição não antagônica entre grandes proprietários fundiários e arrendatários capitalistas, analisada por Marx (2008) no caso da Inglaterra. Nessa disputa estará implicado não apenas a briga pelo lucro suplementar adicional, ou pela renda virtual, mais sim a disputa da propriedade dos camponeses (MELO, 2019, p. 17)

A conclusão que Melo faz desse processo é que a população camponesa ribeirinha da região se vê pressionada pelo investimento de capital estatal através da transposição do Rio São Francisco, que se traduziu em uma maior fertilização da terra e, portanto, produtividade. Ainda a partir da análise da autora, a aplicação de capitais a partir do Estado e posteriormente de capitais privados proporcionou a consolidação de uma renda diferencial de tipo II. A pressão sobre os camponeses ribeirinhos se inicia com a imposição do limite de uso da água para apenas 0,5 hectares, que só possibilita o mantimento familiar mínimo de subsistência. A propriedade jurídica da terra desses camponeses é frágil, uma vez que são posseiros dessas terras que margeiam o Alto Paraíba. Seu poder sobre elas não se constitui de maneira efetiva, uma vez que o Estado pode exercer seu poder sobre o uso da água como sua propriedade, e das terras “não declaradas”. Assim, a atuação do Estado no investimento de capital se dá de maneira paralela aos investimentos do Latifúndio na região, na mesma medida em que os camponeses se veem submetidos a uma realidade mais difícil. Assim,

Existe um risco para a manutenção da propriedade camponesa do Alto Paraíba, se a expropriação ocorrerá de fato, só a história pode nos revelar. No entanto, estamos levando em consideração o histórico processo de expropriação que sempre ocorreu no nosso país. Por outro lado, o campesinato tem sempre procurado formas de resistir a expansão do capitalismo no campo, e tudo dependerá da sua consciência e organização enquanto classe, luta que se expressa como justiça (...) (MELO, 2019, p. 18)

Com base na análise de Mao TséTung sobre o capitalismo burocrático, podemos verificar que a realização do processo de expropriação no campo, bem como das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas, ocorre com o aval do Estado burocrático brasileiro; este Estado, organicamente ligado a grande burguesia burocrática e compradora, só pode coexistir com a ampliação da concentração fundiária e das formas de exploração com base em estruturas de produção pré-capitalistas que necessariamente existem para o mantimento do valor dos produtos daí oriundos abaixo do valor de produção, sustentando a circulação desses produtos para o mercado externo. Desse modo, se supõe a superação de análises dualistas que pressupõem a realidade

semifeudal e servil como um sistema fechado, que não esteja integrado a lógica do mercado mundial. Pelo contrário, tais características estão na base de sustentação da integração do capitalismo burocrático, um capitalismo introduzido com o objetivo de se manter atrasado, estabelecendo em variados setores uma baixa composição orgânica de capital. Vemos, portanto, serem reproduzidas uma formação camponesa cuja propriedade da terra, desses pequenos produtores, não se adquire lucro ou salário, sendo sua força de trabalho aplicada para somente a sua subsistência através de imposições oriundas do Estado. Da mesma maneira, ainda segundo as análises de Marx, este camponês também não auferir lucro médio, uma vez que não investe em capital, ao contrário do latifúndio. Sua realidade concreta não lhe permite a realização de tais processos. E assim, veem seus produtos sendo comprados abaixo do preço geral de mercado.

### **Considerações finais**

Como vimos, o capital imperialista no Brasil a partir da análise de Lenin resultou na importação de capitais de parte considerável dos países rentistas em sua fase inicial. Assim, essa grande burguesia monopolista instaura desde o princípio um tipo de capitalismo atrasado, que por Mao Tsetung será denominado por capitalismo burocrático, enquanto uma tendência da estrutura imperialista a ser aplicada nas colônias e semicolônias. Essa estrutura procura estabelecer seus domínios nas colônias e semicolônias através do impedimento do avanço das forças produtivas, que se dá com a exportação de capitais rentistas, a inserção de bancos e sucursais, mas também através da reprodução e intensificação no campo de relações pré-capitalistas. Esse movimento ocorre devido à impossibilidade de transformação dessas relações, uma vez que o território brasileiro não concretizou sua revolução burguesa. As forças democráticas que se propuseram a impulsionar tais transformações, foram neutralizadas com a política de Vargas que significou a consolidação hegemônica da grande burguesia monopolista, caracterizando o Estado brasileiro como um Estado burocrático, sob o domínio hegemônico do capital-imperialista estadunidense. Nesta etapa, sendo a maior contradição para as colônias e semicolônias o domínio imperialista, Mao afirma que para se chegar ao socialismo é preciso que se efetive uma revolução de nova democracia, tendo a classe proletária na liderança desse movimento, uma vez que foi ultrapassada a etapa das revoluções burguesas de velho tipo. Assim,

A burguesia nacional é uma classe politicamente muito fraca e vacilante. Mas, a maioria dos seus elementos pode aderir à revolução democrática popular ou assumir uma atitude neutra, uma vez igualmente perseguida e acorrentada pelo imperialismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo burocrático (TSÉTUNG, 1975, p. 148)

É importante destacar que Mao afirma uma possibilidade de unidade como uma frente única para lutar contra o imperialismo. Entretanto, esta unidade se configura enquanto uma unidade tática, mas cuja tendência ocorre devido as características concretas existente nas colônias e semicolônias. Assim, não nos espanta que para a realidade africana, Kwame Nkrumah tenha apontado para uma aliança dos movimentos revolucionários com a burguesia nacional onde ela se constituiu, mas que logo após a concretização da expulsão do imperialismo essa unidade foi desfeita, com os grupos revolucionários buscando progredir até o socialismo.

Para a realidade brasileira, e a superação das relações de produção existentes no campo através das grandes concentrações de terra, segundo a análise apresentada, tem como caminho a ser apresentado, o da revolução agrária como processo inicial para a emancipação do território brasileiro<sup>14</sup>. As propostas de reforma agrária e seus diferentes tipos se mostraram além de ineficazes, modelos que somente favoreciam o latifúndio e a continuidade da concentração através de expropriação<sup>15</sup>, gerando um quadro no campo de extermínio/genocídio de populações camponesas, indígenas, ribeirinhas e demais comunidades tradicionais<sup>16</sup>. Esse histórico levou a um consequente impacto, por sua vez, no meio ambiente pela maneira extrativista com que se procura obter as matérias-primas. Se os governos oportunistas de partidos reformistas de esquerda levou a cabo toda uma política econômica liberal, com o aprofundamento do seu cortejo de misérias e genocídio no campo e na cidade, podemos intuir que o gerenciamento do Estado burocrático brasileiro não conduzirá a nenhuma transformação profunda, radical e estrutural da sociedade. Se estes governos se apresentaram como continuidade dos governos anteriores, o governo militar de fato de Bolsonaro e do Alto Comando das Forças Armadas significam<sup>17</sup>, portanto, o aprofundamento dessas políticas, em contexto de profunda crise do modo de produção capitalista.

---

<sup>14</sup> Ver mais em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/15564-a-revolucao-agraria-e-o-inicio-da-emancipacao-da-nacao>

<sup>15</sup> Ver mais em: <https://anovademocracia.com.br/no-46/1834-a-burocracia-da-qreforma-agrariaq>

<sup>16</sup> Ver mais em: <https://anovademocracia.com.br/no-101/4433-fim-da-qreforma-agrariaq-agrava-conflitos-no-campo>

<sup>17</sup> Ver mais em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/12325-alto-comando-militar-e-bolsonaro-reunem-se-para-discutir-apos-soltura-de-luiz-inacio>

Com o inabalável avanço da luta pela terra dos camponeses em geral, cuja proposta de transformação radical das relações de produção, procuram concretizar através da revolução agrária em aliança com os povos indígenas e outros grupos tradicionais, o latifúndio tem procurado minar essas lutas, aparentemente sem sucesso. Se no início de seu mandato Bolsonaro afirmava que seu governo seria gerido para o “agronegócio”, palavra pomposa pra exprimir o latifúndio, este não obteve até agora grandes vitórias sobre as massas do campo. A luta revolucionária no campo tem significado um grande impacto na estrutura latifundiária dada a sua importância fundamental apresentada, o que levou o atual presidente a citar nominalmente a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) em uma de suas videoconferências, afirmando ser esta sua grande preocupação no campo, e não mais o Movimento Sem Terra (MST) Preocupação que segundo suas próprias palavras, poderia gerar grandes impactos nas cidades<sup>18</sup>. Assim, o latifúndio, especialmente em Rondônia nesse contexto, a soldo dos militares e Bolsonaro procura investir ataques contra os camponeses do acampamento Manoel Ribeiro, composto por um grande numero de famílias, dentre elas crianças e idosos. Mas, ainda que tais ataques estejam se reproduzindo em grande escala, os camponeses persistem e lutam para se manterem até efetivarem a conquista da terra.

Ao lado dessa resistência, diferentes entidades democráticas e organizações do mundo inteiro se mobilizaram para um chamado de solidariedade aos camponeses pela revolução agrária<sup>19</sup>, objetivando destruir o latifúndio e com ele as formas de relações de produção servis e semiescravistas impostas pelo imperialismo nas colônias e semicolônias. O que podemos afirmar, no entanto até agora, é que a luta no campo irá continuar, de maneira ininterrupta, com os camponeses ousando lutar e ousando vencer. E, se “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX, 2008, p.10), é tarefa dos seus aliados naturais, a classe proletária urbana e rural, a solidariedade com a luta desses camponeses.

### **Referências Bibliográficas**

AMIN, Samir. *O Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. São Paulo. 1ª Ed. Lavrapalavra. 2021.

---

<sup>18</sup> Ver mais em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/15692-editorial-semanal-o-terror-de-bolsonaro>

<sup>19</sup> Ver mais em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/15699-organizacao-democratica-emite-nota-e-faz-chamamento-conjunto-ao-apoio-e-a-solidariedade-a-lcp>

CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria*. Coord. Carlos Comitini. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

LACLAU, Ernesto. *et al. Modos de producción en América Latina*. 1ª ed. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1973.

LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Apresentação Plínio de Arruda Sampaio Junior. São Paulo: UNICAMP, 2011.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. Apresentação Wladimir Pomar. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

MARIGHELLA, Carlos. *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil*. Maio-junho 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1958/renda/index.htm> Acesso em: 10 de abr. de 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Maria José. *Transposição do rio São Francisco: Renda fundiária capitalista e os impactos para os camponeses ribeirinhos do Ato Paraíba – PB*. In: IX SINGA - Para além das cercas que nos cegam: as naturezas da r-existência na América Latina. 2019, Recife. Anais do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária [e] X Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Recife: Ed. UFPE, 2019. p. 5073-5091.

NKRUMAH, Kwame. *A luta de classes em África*. Tradução Maria Nazaré Campos. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

SOUZA, Marilsa Miranda de. *Imperialismo e educação do campo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TSETUNG, Mao. *Obras escolhidas*. Tomo I. Ed. em línguas estrangeiras. Pequim, 1975.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Tomo II. Ed. em línguas estrangeiras. Pequim, 1975.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Tomo III. Ed. em línguas estrangeiras. Pequim. 1976.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Tomo IV. Ed. em línguas estrangeiras. Pequim. 1975.

VV.AA. *Problemas da História do Partido Comunista do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Seara Vermelha, 2016.

## Sites

ARRUDA, Fausto. Alto Comando Militar e Bolsonaro reúnem-se para discutir após a soltura de Luiz Inácio. *A Nova Democracia*, 2019. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/12325-alto-comando-militar-e-bolsonaro-reunem-se-para-discutir-apos-soltura-de-luiz-inacio> Acesso em: 27 de abr de 2021.

DEZENAS de movimentos e democratas chamam apoio à LCP. *A Nova Democracia*, 2021. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/15699-organizacao-democratica-emite-nota-e-faz-chamamento-conjunto-ao-apoio-e-a-solidariedade-a-lcp> Acesso em: 12 de maio de 2021.

EDITORIAL semanal – O terror de Bolsonaro. *A Nova Democracia*, 2021. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/15692-editorial-semanal-o-terror-de-bolsonaro> Acesso em: 10 de maio de 2021.

FIM da “reforma agrária” agrava conflitos no campo. *A Nova Democracia*, 2013. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-101/4433-fim-da-qreforma-agrariaq-agrava-conflitos-no-campo> Acesso em: 19 de abr de 2021.

MOREIRA, Júlio da S. A burocracia da “reforma agrária”. *A Nova Democracia*, 2008. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-46/1834-a-burocracia-da-qreforma-agrariaq> Acesso em: 26 de mar de 2021.

SOBRE as formações híbridas – Parte 2: O modo de produção feudal. *Luta Contínua*, 2021. Disponível em: [https://lutacontinua.blogspot.com/2021/05/sobre-as-formacoes-hibridas-parte-2-o.html?fbclid=IwAR26qHhhWaDCV7eaTB5qgkWJIGNZPDx\\_v8\\_tDnTXI7NKAXFOYxwUwmtoMaU](https://lutacontinua.blogspot.com/2021/05/sobre-as-formacoes-hibridas-parte-2-o.html?fbclid=IwAR26qHhhWaDCV7eaTB5qgkWJIGNZPDx_v8_tDnTXI7NKAXFOYxwUwmtoMaU) Acesso em: 02 de maio de 2021.

SOUZA, Jailson de. A Revolução Agrária é o início da emancipação da Nação. *A Nova Democracia*, 2021. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/15564-a-revolucao-agraria-e-o-inicio-da-emancipacao-da-nacao> Acesso em: 01 de maio de 2021.

